

Apreensão social de um registro contábil: o italiano no Noroeste fluminense

Rosane Aparecida Bartholazzi de Carvalho*¹

Resumo

No presente estudo analisamos os registros cartorário e contábil de um imigrante italiano que, em 1898, ao chegar ao Brasil, se estabeleceu como colono numa fazenda cafeicultora do interior do Rio de Janeiro, na região noroeste fluminense. No registro cartorário analisamos a transação imobiliária feita pelo italiano. No livro contábil encontramos, no período de 1925 a 1942, cinquenta e seis trabalhadores nas terras do imigrante proprietário, entre eles: italianos, turcos, portugueses e brasileiros. Trata-se da apreensão da reprodução social da experiência vivida pelo italiano, enquanto colono, caracterizada na fonte estudada.

Palavras-chave: imigrante, propriedade e trabalho

Abstract

In this work, it's analyzed the archive and countable registries from a farm owned by an Italian immigrant who arrived in Brazil in 1898, established himself as a colonist in a coffee farm inside Rio de Janeiro, at northwest part of it. In the archive registry, the real-state deals done by the Italian were analyzed. In the countable book were found fifty-six workers in the land of the Italian immigrant owner, as Italians, Turkish, Portuguese and Brazilians, in the period from 1925 to 1942. It is about the social reproduction apprehension of the experience lived by the Italian, as a colonist, that is characterized in the studying source.

Word keys: Immigrant, Property, Work.

Apresentação

Nesta pesquisa buscamos apreender a experiência social do imigrante italiano, que ao chegar ao Brasil em 1898, no município de Varre-Sai/RJ, região noroeste fluminense, foi empregado como colono, recebendo moradia, lavouras novas de café, terras para plantação da cultura de subsistência e outros serviços constantes de uma fazenda que se constituía como uma unidade produtora. Além deste imigrante empregaram-se na fazenda outras famílias italianas, em sua maioria, oriundas da Região do Lazio, sendo a maior parte da Província de Viterbo.

Ao percorrer os registros cartoriais, compra e venda de imóveis, do município de Varre-Sai, no período de 1897 a 1950, encontramos inúmeros italianos na condição de outorgantes vendedores ou outorgados compradores. Dentre estes, procuramos acompanhar a experiência vivida pela família Pellegrini através da análise da documentação oficial cartorária, onde o imigrante aparece comprando e vendendo bens. Posteriormente, analisamos

¹ *Doutoranda em História pela UFF - Universidade Federal Fluminense.

o arquivo privado: um registro contábil da propriedade do italiano referente ao período de 1925 a 1942.

Utilizamos, também, a história oral como um dos suportes metodológicos. Esta nos possibilita apreender trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma. A entrevista permite-nos compreender os pontos de vista individuais, as emoções e o cotidiano. (AMADO, 1996: xiv-xv).

1- Compradores e vendedores: os italianos nos registros cartoriais

(...) eles vieram para Bela Vista. Tinham três dias para trabalhar pra eles e três dias para trabalhar pra turma. Depois de um ano que colheram café, o fazendeiro dava liberdade pra eles comprarem terra onde quisessem (...) vieram com a roupa do corpo, muito pobres, mas 90% conseguiram comprar terra (...) (GORINI, 2001).

As palavras da informante revelam a transição da situação econômica do imigrante: a “pobreza” ao sair da Itália; o colono que combinava a produção do café com a produção de subsistência; os rendimentos provenientes da colheita do café, considerados a principal fonte de renda do trabalhador e a propriedade da terra adquirida pela maioria das famílias que se estabeleceram em Varre-Sai/RJ.

A “liberdade” dada pelo fazendeiro para a compra da terra, citada pela depoente, caracteriza o conceito de política fundiária existente, onde, o poder do fazendeiro de café era tal que, se fosse de interesse, poderia impedir que outros grupos “minoritários” tivessem uma relativa ascensão social. No caso em estudo, a descendente traz na memória o cotidiano relatado a ela por seus pais, a idéia de um fazendeiro que relacionava com os colonos italianos de uma forma cordial: “Os que vieram para a fazenda Bela Vista encontraram muita honestidade, muitos não encontraram em outras regiões. O dia em que ele (o fazendeiro) ia limpar o café do colono, ele exigia a presença do colono. Quando fazia a partilha, ele exigia testemunha”.(Gorini, 2001)

A relação patrão-empregado geralmente veiculada pelas classes dominantes brasileiras na República Velha era de que esta relação se assemelhava em muitos aspectos à relação entre pais e filhos. O patrão era uma espécie de “juiz doméstico” que procurava guiar e aconselhar o trabalhador, que, em troca, devia realizar suas tarefas com dedicação e respeitar seu patrão (CHALHOUB, 2001: 114-115). A imagem do fazendeiro ideal, retratada no depoimento, aponta para inexistência de conflitos entre trabalhador e patrão nesta fazenda, mas podemos questionar até que ponto essa “cordialidade” não servia ao controle social. Temos que considerar, também, que talvez esse tipo de relação fosse característico da região em que não havia a predominância de grandes proprietários rurais, neste caso, o noroeste fluminense.

No município de Itaperuna, ao qual Varre-Sai pertencia, das 1.672 propriedades, cerca de 82% eram cafeicultoras (IBGE,1920:XIX). Do total, 330 estabelecimentos estavam situados em Varre-Sai, o 4º distrito em maior número de propriedades.

Embora o interior fluminense não fosse constituído de grandes proprietários, foi a grande fazenda cafeeira, no caso estudado, a Bela Vista, com 364 alqueires mineiros, 1.747 hectares de área, formadas geograficamente de montanhas de terras férteis e cobertas de matas virgens, que introduziu, em 1897, uma colônia de italianos oriunda da região do Lazio, da Província de Viterbo, em sua maioria das comunas de Proceno e Graffignano.

Buscamos o conjunto dos investimentos imobiliários feitos pelos italianos ora como compradores, ora como vendedores. Extraímos dos registros de imóveis, nome e sobrenome do comprador e do vendedor, residência, profissão, data da transação imobiliária. Quanto ao bem registramos: característica, localização, valor e formas de pagamento. Estes dados nos permitiram observar e comparar a classificação sócio-profissional, classificação do imóvel e as diferentes nacionalidades na realização da transação.

Do total da movimentação feita pelos italianos, 86% correspondem a investimentos feitos em propriedades rurais e 36% em imóvel urbano. Os alqueires variavam entre dois no mínimo e trinta e quatro no máximo, o que demonstra a situação econômica do imigrante que, de colono, passa a ser pequeno proprietário.

Vários fatores foram determinantes para a aquisição e permanência dos bens nas mãos dos italianos. Destacamos, através da análise da documentação feita em estudos anteriores, um número significativo de procurações em que o outorgante italiano, no Brasil, autoriza o outorgado na Itália a movimentar os bens deixados na época em que migraram ou que receberam posteriormente por força de herança. Este dado indica que as remessas oriundas da Itália podem ter sido determinantes para a obtenção da posse da terra e ou outros bens num curto período de tempo.

A historiografia brasileira e a italiana não aponta para remessas vindas do país de origem provenientes da venda dos bens deixados pelas famílias que emigraram ou de heranças recebidas após o estabelecimento no Brasil. Ao contrário, a maior parte dos estudos, consideram as remessas enviadas do país imigratório para o país de origem toda vez que o imigrante conseguia acumular algum capital. Angelo Trento faz críticas ao governo italiano diante do desinteresse em dar apoio à compra de terrenos para instalar colonos no Brasil. “Vendo bem, tratou-se, da parte italiana, de um processo de miopia não só política, mas

também econômica, já que os eventuais capitais despendidos teriam tornado mais consistente o fluxo das remessas. (TRENTO, 1988: 73)

Embora na migração italiana não estivesse caracterizado o desejo de retorno, principalmente porque vinham em núcleo familiar, os laços econômicos eram mantidos através das remessas, sejam essas enviadas do Brasil aos parentes na Itália ou oriundas da Itália para os descendentes no Brasil, como veremos mais adiante.

2 - As transações imobiliárias de Demétrio Pellegrini.

“(...) Demétrio(Pellegrini) comprou um sitio que está com a família dele até hoje (...)” (GORINI, 2001). Reportamos-nos à fala da depoente que aponta para a aquisição de terras feitas pelos imigrantes italianos em Varre-Sai, bem como a permanência da propriedade nas mãos dos descendentes.

Varre-Sai caracteriza-se, hoje, como um município onde a maior parte das terras está com os herdeiros dos italianos, tendo como principal produção o café. Tal herança foi fundamental ao uso social enquanto estratégia de reprodução como garantia da posse da terra.

Dentre as inúmeras transações de imóveis envolvendo italianos, buscamos fazer um estudo de caso do imigrante, “Sr. Demétrio”, citado pela depoente. O sítio, que ainda hoje encontra-se com herdeiros, foi adquirido de um brasileiro em 17 de outubro 1921, por 12:000\$000 (doze contos de reis) contendo 20 alqueires de terra, localizado na Fazenda Santa Cruz/Vista Alegre/Varre-Sai. Este sítio continha 03 casas (duas de morada e uma com balcão para negócios), paiol, tulha, moinho, duas engenhocas de cana, cafezais, pastos cercados e mais benfeitorias. Mas esta não foi a primeira e única compra realizada pelo italiano. Percorrendo os Livros de Notas do Cartório de Varre-Sai no período entre 1897 a 1950, localizamos o imigrante que ora se colocava na condição de comprador, ora vendedor, credor, testemunha dos negócios feitos com outros italianos.

O primeiro lote de terra comprado pela família Pellegrini foi no ano de 1911. Levando em conta o desembarque no porto do Rio de Janeiro em 28 de fevereiro de 1898 à aquisição do primeiro sítio foram necessários 13 anos de trabalho na condição de colono da grande fazenda cafeeicultora. Note-se que para este tornar-se proprietário demandou um tempo maior de trabalho e poupança do que para aqueles que, entre dois e seis anos, após a chegada adquiriram o status de dono da terra.

As famílias italianas utilizaram de estratégias múltiplas para adquirirem um lote de terra e gradativamente conquistaram seu espaço numa região de fronteira, que no final do século XIX a 1920 esteve ligada ao mercado internacional através da expansão da lavoura

cafeeira. O imigrante europeu, no Brasil, de maneira geral, foi pioneiro, protagonista de muitas fronteiras regionais, a partir do início do século XIX até meados do XX, desbravando e abrindo estradas nas florestas ou nas planícies, fundando cidades, incorporando ao território e à vida política nacional, grandes porções do espaço indígena (VANGELISTA, 2000:69).

As famílias imigrantes residentes em Varre-Sai foram ocupando um lugar central na configuração do espaço, seja ele rural ou urbano, mesmo em se tratando aqui de uma área periférica, onde o acúmulo de algum capital e pecúlios permitiu certa ascensão naquela comunidade que gradativamente ia se compondo por pequenos proprietários rurais.

Para a família imigrante numerosa que buscava a segurança, com o objetivo de garantir a subsistência dos filhos, a melhoria econômica estava vinculada à posse da terra, mesmo que com pouca terra. Dessa forma, era possível desatar os laços de subordinação e dependência para com o grande proprietário. Neste contexto, o casal Pellegrini tornou-se adquirente e vendedor de lotes de terra, até a posse definitiva do sítio que se tornaria uma unidade produtiva e atenderia às necessidades materiais e sociais da família.

O casal Demétrio e Annita Bianconi compraram, entre 1911 e 1915, três propriedades de terra: 8 alqueires em 1911; 06 em 1913 e 9 em 1915, perfazendo um total de 23 alqueires de terra. Quanto à forma de pagamento necessitou de prazo: (sete meses) para a primeira compra. As outras, foram feitas com pagamento à vista. Na última compra, além da terra, adquiriu também uma casa no distrito de Varre-Sai. Todos os lotes de terra tinham cafezais, casa de morada e casa para colonos, essas sempre citadas como inferiores ou ordinárias, o que caracteriza a posição do colono na propriedade.

Após a compra dos três lotes de terra, o italiano inicia outra transação imobiliária, agora na condição de vendedor. O lote de terra e a casa comprados em maio de 1915 foram vendidos 6 meses depois aos Bendias, um casal de italianos, pelo mesmo preço que comprou. Em 1922, efetuou, também, a venda da primeira propriedade a 5:000\$000 (cinco contos de reis) com um acréscimo de 2:100\$000 (dois contos e cem mil reis). Talvez o desinteresse pela permanência na posse dessas terras devesse ao fato de não serem contíguas. Eram lotes isolados, distantes um do outro, conforme a localização constante na documentação. A hipótese da qual partimos é a de que enquanto o casal não conseguia recursos para comprar um sítio que fosse suficiente à sobrevivência da família, para a produção do café e criação de animais, os investimentos em pequenos lotes de terra foram feitos a fim de acumular certo capital que permitisse a posse definitiva de um sítio, com maior extensão terras, que atendesse às necessidades de todos os membros da família.

Para além de uma transação imobiliária entre comprador e vendedor, é inegável que, para adquirirem terra, os italianos utilizaram de estratégias diversas. Levi, em seu estudo sobre as famílias de Santena, aponta para essas estratégias. “As estruturas familiares, os mecanismos protetores de caridade e da clientela e uma certa rede de amizades, vínculos e proteções deviam preencher um quadro que os cálculos estritamente econômicos representavam apenas de maneira parcial.” (LEVI, 2000:96-97). Theodorico Pellegrini, filho do casal Pellegrini, transferiu a sua mãe Annita, em 1915, a cessão de direitos hereditários de uma doação de seu avô José Pellegrini, residente na Itália. A doação foi no valor de 500\$000 (quinhentos mil réis) referentes à venda de terras, casa e móveis localizadas na Província de Roma. A busca pela segurança aparece nas relações de solidariedade, de proteção de reciprocidade em linha verticais de dependência. Percebe-se que ao ceder para a mãe a doação recebida, Theodorico contribuía para que a família atingisse a condição de proprietária de terra. Esta transação demonstra a solidariedade intra-familiar existente não apenas na família nuclear, que se estabeleceu no Brasil, mas com os familiares que continuaram do outro lado do Atlântico, caracterizando a permanência do vínculo com os parentes residentes na Itália.

Na documentação compulsada, este vínculo manifesta-se, também, através das remessas recebidas da geração ascendente: em uma das procurações encontradas, em 1919, no Cartório de Varre-Sai, Annita Bianconi, a matriarca dos Pellegrini, profissão agricultora, autoriza o outorgado, na Itália, Francesco Marchetini di Nicola, agricultor, a vender uma casa que lhe pertencia por doação de seu pai na rua Salaiolo em Roma. Tal remessa enviada da Itália, somada à doação em dinheiro feita pelo filho do casal e a venda dos lotes comprados, permitiram a compra de um sítio de 20 alqueires de terra, o último adquirido pelo Sr. Demétrio, apontado pela depoente.

3 - O italiano sitiante: uma reprodução social e material para sobrevivência

Analisamos o registro contábil do sítio de Demétrio Pellegrini do período de 1925 a 1942. Este registro, uma documentação privada de posse dos descendentes, contém 300 páginas, constando em cada uma delas as anotações diárias da movimentação, especificamente, da produção e consumo do sítio. Cada página com data (mês, dia e ano) é reservada a um trabalhador das terras de Demétrio, constando o dever e o haver que são sempre transportados para as páginas seguintes. Ressaltamos que este “livro de anotações de nascimento de animais, apontamento de serviços, compra dos meiros e venda de café”, título do livro, é uma continuidade de outras anotações que não conseguimos localizar. Dispomos de uma fonte que testemunha a movimentação da fazenda: as relações de trabalho; o

quantitativo e a nacionalidade dos trabalhadores; o tempo de permanência no sítio; a produção; o consumo; o trabalho doméstico; os negócios; os parentes; os compadres e a unidade familiar: a família nuclear no mesmo estabelecimento agrícola.

As categorias “pouca terra, sítio” nos trabalho de Margarida Moura, informam que o sitiante é aquele que trabalha na roça, com a ajuda dos filhos, onde se planta fundamentalmente para o gasto. “São assim simultaneamente livres proprietários de suas terras”, ao mesmo tempo que “instrumento principal de sua produção”(MOURA, 1978:16). No sítio em estudo, há a combinação do trabalho familiar conjugado com parceiros, colonos e camaradas. O pequeno proprietário, além da agricultura familiar, produz café, a maior fonte de renda da família.

A pequena propriedade é quase sempre relegada a áreas de menor fertilidade da terra. Ao contrário, o sítio de Demétrio estava situado numa região de solo fértil com uma boa colheita de café. Este era um dos sítios a contribuir no somatório da produção total da região, que viveu o apogeu do café nas primeiras décadas do século XX (IBGE:1920). Por estar numa área onde predominava a pequena propriedade cafeeira, a dificuldade em empreender a exploração por conta própria, fez com que o Pellegrini buscasse a parceria, “uma sociedade, pela qual alguém fornece a terra, ficando com o direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro (CANDIDO,1971:107). Além da família, encontramos, um total de 56 trabalhadores no registro contábil de Demétrio: brasileiros, italianos, turcos e portugueses. A maior parte deles permaneceu, entre seis e 12 anos, trabalhando com o imigrante, aqui, no caso específico, denominados meeiros. O turco Francisco Salin, meeiro de Demétrio, aparece no registro nos anos de 1934 a 1941. Dois anos após trabalhar na propriedade, recebeu pela primeira remessa de café referente à sua parte: 336\$000(trezentos e trinta e seis mil reis). Neste mesmo ano, o proprietário vendeu 7:290\$000 (sete contos duzentos e noventa mil reis) em café. Teoricamente há um contrato escrito de parceria, que não se lavra a maior parte das vezes; na prática, não há garantias legais para o parceiro, embora as haja de fato para o proprietário (Ibidem:108). Além de Francisco Salin, mais 6 trabalhadores receberam pela produção do café no ano de 1936, dentre eles, Teodorico Pellegrini, filho do dono das terras, o que demonstra a presença da mão-de-obra familiar na produção.

Os dados do registro contábil desta pequena propriedade remontam às características de uma grande propriedade cafeeira que utilizou da mão-de-obra do imigrante europeu. Neste sentido, apontamos para a existência da reprodução social da experiência vivida por Demétrio Pellegrini nos primeiros tempos de colono e parceiro nas terras do grande fazendeiro. Salin, ao iniciar seus trabalhos na propriedade de Demétrio, em 1934, contrai a

primeira dívida no valor de quinze mil réis com o proprietário. Esta dívida deveu-se ao pagamento do carroto referente à sua mudança para as terras do italiano. Na medida em que Francisco Salin permanecia no sítio, passa a dever muito mais do que tem a haver até a colheita do café em 1935. Quando os valores aparecem no haver são relativos a serviços prestados sob forma de empreitada, na capina de lavouras novas do café, na colheita e na limpeza dos pastos. A empreitada era considerada, pelos fazendeiros, uma variante do sistema de parceria (HOLLOWAY, 1984: 114).

Outra característica da reprodução social está no balcão para negócios existente na pequena propriedade. Este balcão servia de armazém, onde eram vendidos para os trabalhadores produtos de consumo que variavam desde alimentos, vestuário e produtos diversos. Encontramos 37 itens constantes no registro contábil. Os gêneros obtidos variavam desde fumo, tecido, rapadura, toucinho, arroz, fubá, farinha, sal e banha. A maior parte das dívidas era contraída com a compra de gêneros alimentícios e vestuário.

Em 15 meses, de agosto de 1934 a novembro de 1935, Salin acumulou uma dívida de 1:690\$000 (um conto seiscentos e noventa mil réis) e um haver de 1:230\$000 (um conto duzentos e trinta mil réis), ficando com uma dívida de 459\$000 (quatrocentos e cinquenta e nove mil réis). Percebe-se que não conseguia o trabalhador quitar sua dívida, na medida em que consumia os produtos do armazém e recebia, também, somas em dinheiro concedidas pelo proprietário, sob forma de empréstimo.

Como vimos, em todos os anos, após a colheita do café, o dever sempre superava o haver, ficando o trabalhador preso ao italiano proprietário. Com o somatório da dívida referente a um período de dois anos, poderia o meeiro, ter adquirido 1 alqueire de terra ou uma casa de morada.

O caso aqui estudado, até certo ponto, remonta a grande fazenda cafeicultora. Na grande fazenda a troca entre salário e força de trabalho não ocorre no mercado de mão-de-obra, mas, dentro da fazenda, no final do processo produtivo. Da mesma forma, no sítio do imigrante italiano o trabalhador entrega o café em troca da garantia do sustento da família.

Considerações finais

A documentação cartorária como fonte de pesquisa permitiu-nos compreender a ascensão econômico-social obtida pelos italianos, no noroeste fluminense, especificamente de um italiano que tornou-se proprietário de terra no início do século XX.

Através da análise dos Livros de Notas, do Cartório de Varre-Sai, foi possível estabelecer nexos e cruzar os dados que nos deram subsídios mais definidos sobre as transações imobiliárias como: compra e venda de terras, procurações e cessão de direitos hereditários que permitiram a posse da terra.

Trabalhando com estas fontes, constatamos que apesar das dificuldades, o italiano que aqui chegou construiu seu espaço e alcançou seu objetivo: a posse da terra, mesmo que pouca terra. Histórias de fracassos e aviltamentos sempre serão abordadas, mas não podemos deixar de mencionar aqueles que enfrentaram desafios e alcançaram certa ascensão econômica no espaço em que se inseriram.

Através do registro contábil do italiano, vemos claramente a reprodução social e material na produção e consumo da família e, principalmente, dos trabalhadores. A experiência vivida pelo imigrante, quando estava na condição de colono da grande fazenda, foi reproduzida e vivenciada pelos parceiros ou meeiros, como eram chamados os trabalhadores do sítio analisado.

Mesmo sendo um pequeno proprietário, as relações de trabalho estabelecidas na produção de café, o armazém que abastecia os trabalhadores com produtos básicos necessários à sobrevivência, o dever e o haver registrados diariamente no livro contábil do sítio dos Pellegrini se assemelha à grande propriedade cafeicultora, caracterizando a reprodução do cotidiano vivido pelo imigrante enquanto colono.

Fontes e Bibliografia Geral

1-Fontes:

Documentos manuscritos:

- Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai
Registros de compra e venda de imóveis, e procuração (1897 – 1950)
- Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Agropecuário do Brasil. 1920. Vol. III
- Livro de Registro Contábil - Sítio Santa Cruz- Varre-Sai (1925 a 1942)

2- Bibliografia:

- AMADO, Janaina & MORAES, Marieta Ferreira (orgs). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora UNICAMP, 2001..

- HOLLOWAY, T. H. Imigrantes para o café: Café e sociedade em São *Paulo*, 1886 – 1934. Trad. Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LEVI, Giovanni. A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MOURA, Margarida Maria. *Os herdeiros da terra*: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- TRENTO, Ângelo. Do Outro Lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil. Trad. Mariarosaria Fabbri e Luiz Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.
- VANGELISTA, Chiara. Terras e fronteiras no Brasil: culturas, etnias e sociedade in Revista de História UNISINOS, vol 4, nº 2, 2000.

Depoimento oral consultado:

Elza Gorini – Entrevista gravada, 2001.